José Mesquita Filho
Victor Vieira de Carvalho

X

Ata da trinta segunda sessão, da sexta reunião ordinária, da câmara municipal de Lins. Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de 1961, reuniu-se na sala de sessões da câmara municipal, em Lins, tendo como presidente o sr. Dr. Mathias Carneiro de Souza e como secretário o sr. Leônidas de Souza Lima. Deixaram de comparecer os srs. Hercolano P. Filho e Dr. Orzeni Aldo Guimarães. Da leitura do expediente constou; ofício 250/61 do sr. Prefeito Municipal pedindo informações; ofício 251/61 pedindo informações ao secretário de Saúde e um ofício vindo da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte. Após a redação dos ofícios a serem expedidos foram dispensados. O sr. Presidente, entrou em discussão ou melhor solicitou ao sr. secretário a leitura dos pareceres da comissão de justiça legislação e finanças do projeto que autoriza a fazer doação de lote de terra. Pela ordem o sr. Sebastião Ferreira apresentou um orçamento assinado por um dos diretores da CLF na extensão de energia elétrica no Bairro Jardim Glória e solicitou o sr. que em virtude desse documento que dê andamento na discussão do projeto. Tendo assim o sr. Presidente deferido as solicitações e dadas vênias. Usou da palavra o sr. Adelmário F. de Brito, dizendo que foi solicitado ao sr. Prefeito entrar em entendimento com o diretor da CLF na obtenção do orçamento e que o apresentado pelo sr. Sebastião Ferreira é uma informação perfeita. Usando a palavra o sr. José Gonçalves disse que o pedido do sr. Dr. Orzeni Guimarães foi no sentido de que o sr. Prefeito entrasse em entendimento com a CLF. Disse ainda o sr. que tal orçamento apresentado é parcial e que deveriam estar com Deus e que assim deveria o projeto permanecer sentado. Continuando a discussão usou da palavra o sr. Souza Lima, opinando que o orçamento apresen-

tudo pelo Sr. Sebastião Fonseca é oficial e que o Sr. acha por bem tomar a iniciativa de obter os orçamentos e que deveriam decidir de uma vez por todas o destino do projeto; esteve ali o Sr. José Santana e Antônio F. Sobrinho dizendo que deviam esperar a vinda do Sr. Profeta. Usando a palavra o Sr. José Santana afirmou ser extremamente contrário ao projeto de doação, a não ser que a Cia fizesse documento de que os referidos postes não passam para seu patrimônio, com isso ajuda o Sr. Antônio F. Sobrinho deu um apelo para que o Sr. Profeta entre com uma ação na justiça obrigando a Cia ao cumprimento do contrato, uma vez que a mesma tem por obrigação de colocar iluminação nos seus. Continuando na tribuna o Sr. José Santana disse que se a Cia não colocar iluminação nos bairros e se os mesmos continuarem como estão, "as escuras", poderão ocorrer uma calamidade pública. Usando a palavra o Sr. Sebastião Fonseca, afirmou que anteriormente haviam doado postes a outros bairros, sem que mencionassem o nome da Cia e que agora não querem a alteração de seu projeto. Com um aparte o Sr. José Santana disse ter sido um dos que votaram no projeto, mas que discorda do uso e não que que o mesmo se propague. Continuando disse o Sr. Sebastião Fonseca que é de bom proveito, mas poderão cair judiciais os demais bairros e que devem beneficiar o povo. Usando a tribuna o Sr. Antônio F. Sobrinho disse que isto é comodismo de casa e que como sabem existe no contrato cláusula que obriga a Cia a iluminar os bairros, e se vier a aprovarem tal projeto que beneficia o Sr. Profeta mova uma ação judicial obrigando a Companhia a cumprir o contrato. Usando a tribuna o Sr. Prof Heinz Silva, disse existir em atas do Conselho Nacional de Engenharia sanitária, apontando de que os postes de ferro fundido, bem como os trilhos e sucatas de cobre, deveriam ser vendidos e incorporados a seus valores ao andamento do serviço de abastecimento de água, como defende uma lei que passou por este casa. Usa-

o v. se levantou e efetuou dita lei. Usando a palavra o v. Sergio Lima, disse já terem estudado tal lei sabendo estar por demais e que agora é favorável a despeito dos fatos, afirmou ainda o v. que muito lastimava deixarem com seus improvisados como o povo dizia, e que ele pugnará também pela imediata construção do forno, continuando na tribuna disse o v. que na proposta orçamentária existe coisas absurdas e que não deveriam aprová-la, ainda disse o v. que ouviu e queixas mil coisas mas foi pouco na prefeitura até uma que pareceu algum resultado. O v. Presidente comunicou ter recebido um convite do Banco do Brasil, para que os vrs. comparecessem ao almoço, no próximo dia 30 data em que inaugurará a diretoria daquele estabelecimento. Usando a palavra o v. Flavio Ribeiro congratulou-se com o v. Edevino Ferreira pela aprovação do orçamento e pelas emendas referente ao projeto. Usando a palavra o v. Antonio Tiago Gabriel, afirmou que o mérito beneficiado neste projeto é a Ele e que deveriam colocar um preço maior por unidade de lote, para ser aplicado no orçamento. Usando a palavra o v. Hermani Grinaldi disse não existir na prefeitura tanto lote para beneficiar o povo e é contra o referido projeto. Também usou da palavra o v. Eduardo Lamanti. O v. Presidente concedeu um discurso a professora e disse ser o projeto continuar mesmo. Este projeto foi aprovado por cinco a cinco. Pela ordem o v. Antonio F. Gabriel disse ter votado contra o referido uma vez que o projeto do pedido de isenção estava ausente. O v. Presidente disse que ao cientes é o orçamento, pois se encontra no ofício, que encaminha pela contadoria da prefeitura. Foi concedido um discurso a Proposta Orçamentária de 1963. Foi lido pelo v. Secretário o parecer favorável pela comissão de finanças e Obras Públicas. Pela ordem o v. Flavio Ribeiro afirmou que a comissão de justiça apresentou uma emenda e solicitando que a emenda da comissão de F. e O. Públicas, fosse suspensa. Pela ordem o v. Sergio Lima disse desconhecer tal solicitação. Foi concedido um discurso o pa-

rece da comissão de V. e O. Públicos. Usou da palavra o Vr. Sérgio Lima que retirou seu parecer, isto é a emenda que o acompanhava, ficando assim o apresentado pela comissão de justiça com o seu voto favorável. Foi submetido a votação Edmundo Laurent e Hermani Gonçalves. Ao ser dada da comissão de justiça foi defendida. Pela ordem Clóvis Ribeiro requereu regime de urgência em três discussões e votação em uma única sessão para o orçamento, solicitação esta defendida. Foi colocado em discussão o parecer da comissão de justiça, do projeto que cria Escola Municipal de Música; o qual foi dada competência e aprovação, usando dela Vr. Edmundo Laurent, Victor V. de Carvalho e Antônio F. Sobrinho. Este parecer foi defendido por unanimidade. Pela ordem o Vr. Clóvis Ribeiro requereu regime de urgência para o projeto supra mencionado, sendo que tal solicitação foi defendida por unanimidade. Em 1ª discussão e votação em regime de urgência este projeto foi defendido, bem como em segunda e em terceira em sua redação final. Projeto que concede Utilidade Pública o Recanto Infantil S. Tarsício, o parecer da comissão de justiça foi: Em sindicância a propósito desta entidade, certifiquem-se que é desejo de seus dirigentes efetuar em futuro próximo uma distinta ampliação ao seu sistema de funcionamento, para que venha dar condições de atendimento a aquele estabelecimento, até mesmo a alunos que ora lecionam fora das entidades que ali estudam. Por tal motivo, meu parecer é pela competência e aprovação. Foi Sentou e Edmundo Laurent. O parecer do Vr. Hermani Gonçalves foi pela competência. O parecer foi defendido por unanimidade. Tomou para isto o Vr. Clóvis Ribeiro pedindo regime de urgência o que foi defendido. Em 1ª discussão em regime de urgência este projeto foi defendido, bem como em 2ª discussão e em votação em sua redação final. O Sr. Presidente colocou em discussão em melhor em 1ª discussão em regime de urgência o projeto 5 de maio, o que foi defendido por nove votos contra um. Em segunda discussão o referido projeto também foi defendido por nove votos contra um, bem como em 3ª votação em sua redação final. Pela ordem o Vr. Sérgio Lima dou [illegible] com

te o preço por ofício cópias que lhe for dado a letra(s). Com referência ao preço que deverá ser cobrado de infratores ex-presidiários, usou da palavra o Sr. José Santana que requereu visto por 20 horas (quarenta e oito horas). Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, ficando determinada a próxima para o dia dois do mês de dezembro no mesmo local e hora de costume. ——— X ———

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e oito. Estiveram presente os Srs. Clóvis Ribeiro que ocupou a presidência e Sr. José Santana que a secretariou. Não houve expediente. Após alguns minutos foi feita nova chamada que constatou a presença dos mesmos srs. acima mencionados. Não havendo quorum não houve sessão, ficando determinada a próxima para o dia cinco do corrente. ——— X ———

Sebastião Ferreira. Vice Presidente

Secretário

Clóvis Ribeiro

José Marques Filho

Ricieri Pereira de Carvalho

Leônidas de Souza Lima

——— X ———

Acta da décima terceira sessão, da sexta reunião ordinária, da Câmara Municipal de Lavras, no período legislativo de 1968. Aos dois dias do mês de dezembro do corrente ano, reuniu-se na sala de sessões da Câmara Municipal, dez vereadores sendo a minha completa dos titulares. Deixaram de comparecer os Srs. Eduardo Laurent, Dr. Sérgio Alves Guimarães e Antônio Freitas Sobrinho. Na leitura do expediente registrou; correspondência